

Uma Análise dos Impactos Macroeconômicos sobre o PIB da Política Social no Brasil no Período de 2004 a 2014: uma Interpretação a partir do Pensamento de Keynes

An Analysis of the Macroeconomic Impacts on the GDP of the Brazilian Social Policy from 2004 to 2014: an Interpretation Based on Keynes

Alexandre Ottoni Teatini Salles^a 

Fábio Henrique Bittes Terra^{b,c*} 

Reurison dos Santos Coimbra^d 

Resumo: Na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936), Keynes identificou dois principais problemas de uma economia monetária de produção: a dificuldade de alcançar o pleno emprego segundo a concepção clássica de sua época e a extrema desigualdade de distribuição da renda e da riqueza. Ao longo dos anos 1930, ele desenvolveu propostas de política econômica a serem realizadas com o apoio do Estado, a fim de gerar o pleno emprego, produzir uma melhoria nos padrões de distribuição de renda e atenuar os ciclos econômicos. À luz dessa perspectiva teórica, este artigo visa analisar os impactos macroeconômicos sobre o PIB de dois programas sociais vigentes no Brasil no período de 2004 a 2014: o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Programa Bolsa Família (PBF). Para tanto, utiliza-se a metodologia de séries temporais de vetor autorregressivo. A partir da análise das funções impulso-resposta, os principais resultados mostram que o PBF impacta positivamente o PIB, porém o BPC não apresenta significância estatística nas funções impulso-resposta, além de pouca relevância na decomposição da variância, apresentando, assim, resultado menos saliente que o PBF.

Palavras-chave: Keynes; política de renda; gastos sociais; redução de pobreza.

Abstract: In *The General Theory of Employment, Interest and Money* (1936), Keynes identified two main problems of a monetary economy of production: i) the difficulty

a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGEco). Vitória, Espírito Santo, Brasil.

b Universidade Federal do ABC (UFABC), Centro de Engenharias, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS). São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil.

c Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Brasília, Distrito Federal, Brasil.

d Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE). Uberlândia, Minas Gerais, Brasil.

* O autor reconhece com gratidão o apoio do Estado Brasileiro, via CNPq, a esta pesquisa.

of achieving full employment according to the classical conception of his time, and ii) the extreme inequality of income and wealth distribution. Throughout the 1930s, he developed economic policy proposals to be carried out with state support in order to generate full employment, produce an improvement in income distribution patterns, and attenuate economic cycles. In light of this theoretical perspective, this paper aims to analyze the macroeconomic impacts on GDP of two social programs in force in Brazil in the period from 2004 to 2014, namely: the Benefício de Prestação Continuada (BPC) and the Programa Bolsa Família (PBF). To do so, we used the Vector Autoregressive Time Series (VAR) methodology. From the analysis of impulse response functions, the main results showed that the PBF positively impacted GDP, however, the BPC showed no statistical significance in the impulse response functions, and little relevance in the decomposition of variance, thus presenting a less prominent result than the PBF.

Keywords: Keynes; income policy; social spending; poverty reduction.

JEL Classification: E12; E61; H53.

1 Introdução

Durante a transição do *Treatise on money* para *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda* (1936) (TG), John Maynard Keynes identificou diversos problemas de natureza teórica e metodológica na abordagem clássica e neoclássica da ciência econômica. Na esteira de suas críticas, destacam-se duas principais: a) a dificuldade do sistema alcançar o pleno emprego através da flexibilidade de preços e salários; e, b) a extrema desigualdade na distribuição da renda e da riqueza produzida.¹ Ao longo desse período de transição, o autor elaborou uma complexa argumentação tanto para oferecer uma alternativa teórica à abordagem *mainstream* quanto para propor meios de reduzir a gravidade desses que considerava os principais problemas do capitalismo.

A esse respeito, elaborou propostas de políticas públicas com o objetivo de alcançar e sustentar o pleno emprego, aprimorar os padrões de distribuição de renda e, assim, atenuar os ciclos econômicos. Sua argumentação teórica para se atingir tais objetivos ficou mais clara a partir da publicação da TG. Contudo, as propostas do autor sobre esses temas chegaram à maturidade anos mais tarde nos debates em que participou durante a Segunda Grande Guerra.

Na esteira dessas discussões, Keynes elaborou mais detalhadamente diversas proposições de política macroeconômicas (fiscal, monetária, cambial e de rendas), bem como delineou propostas de políticas (chamadas neste artigo de sociais) que

¹ Esses dois pontos podem ser deduzidos na primeira frase do último capítulo da TG. Nela, Keynes (1983, p. 341) afirma que: “Os principais defeitos da sociedade econômica em que vivemos são a sua incapacidade para proporcionar o pleno emprego e a sua arbitrária e desigual distribuição da riqueza e das rendas”.

foram importantes para a constituição do que ficou sendo conhecido anos mais tarde de estado de bem-estar social. O primeiro ponto é amplamente estudado pela literatura pós-keynesiana nacional e internacional, mas os aspectos sociais provenientes da contribuição intelectual do autor não. Tendo isso em mente, este artigo visa extrair as lições do pensamento de Keynes sobre políticas sociais a fim de servir como base para interpretar os impactos macroeconômicos sobre o PIB das políticas públicas de natureza social implementadas no Brasil no início deste século. Para tanto, são utilizadas as propostas elaboradas por ele para promoção da redistribuição de renda e redução das desigualdades sociais disponíveis nos *Collected Writings of John Maynard Keynes* (CWJMK), além da própria TG. Nesses documentos, o autor demonstrou a importância da implementação de gastos que pudessem atingir camadas da sociedade mais vulneráveis, apesar de não ter utilizado o termo “gasto social”.²

À luz dessa perspectiva, este artigo analisa os impactos sobre o PIB de dois programas de transferência de renda do Brasil, quais sejam, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), durante o período de 2004 a 2014. É importante salientar que a política social brasileira implementada nestes anos é composta por vários outros programas, portanto, é bem mais complexa e abrangente³ do que apenas os dois em análise. Eles foram escolhidos porque são os maiores programas em termos de volume de recursos de transferência de renda da política de assistência social do país na década em tela. Nesta, os recursos despendidos nesses programas cresceram contínua e vigorosamente, tendo decrescido depois disso. Para o exame empírico dos dados, é utilizada a metodologia econométrica dos vetores autorregressivos (VAR), cujos resultados são analisados, como usual, pela análise da causalidade de Granger, das funções impulso-resposta e da decomposição da variância.

O trabalho está estruturado em mais quatro seções, além desta introdução. A segunda investiga as contribuições de Keynes na elaboração do *Beveridge Report*, apontado como a primeira proposta de política de renda implementada na Europa para o desenvolvimento do estado de bem-estar social. Considera-se neste artigo que os escritos do autor nesse relatório representam suas propostas de política social. A terceira seção apresenta brevemente o BPC e o PBF. Na sequência, estimam-se os impactos dos gastos sociais no PIB para entre 2004 e 2014 via VAR. Por fim, breves considerações finais concluem o artigo.

2 Segundo Carvalho (2008), já em 1920 Keynes manifestara preocupação com a fragilidade da ordem social capitalista quando publicou o *The Economic Consequences of the Peace*. Contudo, apenas pós TG e em seus trabalhos subsequentes que sua filosofia social atingiu um nível mais elevado de fundamentação teórica. O contexto das primeiras três décadas do século passado, marcado por duas guerras mundiais, entremeadas por um período de grande depressão (também global) exerceram influência decisiva no desenvolvimento intelectual do autor sobre o assunto.

3 Dentre outros documentos, ver a esse respeito Castro *et al.* (2012) e Tesouro Nacional (2016).

2 Elementos para o Debate sobre uma Política Social em Keynes: as Lições do *How to Pay for the War* e do *Beveridge Report*

Nos CWJMK encontram-se várias discussões feitas por Keynes sobre a política fiscal anticíclica introduzida de forma original e embrionária no capítulo 22 da TG (CARVALHO, 1999, 2008, 2020; PRESSMAN, 1995; ARESTIS; SAWYER, 2003, 2004; FERRARI FILHO, 2006; TERRA; FERRARI FILHO, 2011; TERRA, 2019, dentre outros). Nesta fase pós TG, o autor formulou diversas proposições sobre política econômica, principalmente durante a Segunda Guerra Mundial. Tais documentos propõem a interposição de instrumentos de intervenção do Estado em diversos setores com o propósito fundamental, mas não exclusivo, de serem executados no processo de reconstrução do Reino Unido no pós-guerra. De forma geral, Keynes defendia a implementação de determinados gastos públicos para reduzir o desemprego, garantir a capacidade de financiamento do tesouro e mitigar as adversidades de natureza humanitária provocados pelo emaranhado de crises que atingiram diversos países do mundo.

As discussões das políticas de emprego desse período tiveram início nos debates realizados por James Meade, em 1941, no âmbito do *Committee on Post-War Internal Economic Problems*, ligado ao *Economic Section of the War Cabinet* criado pelo tesouro britânico. Keynes participou ativamente desse debate e desenvolveu uma proposta orçamentária com o objetivo de alcançar o pleno emprego no país nesse contexto de acirrada crise econômica e social. O resultado dessas discussões deu origem a um conjunto de propostas de política fiscal que extrapolaram a esfera exclusivamente econômica, repercutindo também no âmbito social.

No que se refere à operacionalidade da política fiscal, Keynes sugeriu que o orçamento público fosse dividido em duas contas: ordinário e de capital (KEYNES, 1980). O primeiro seria responsável pelos gastos correntes do Estado, e deveria ser superavitário. Nas palavras de Keynes: “I should aim at having a surplus on the ordinary Budget, which would be transferred to the capital Budget thus gradually replacing dead-weight debt by productive or semi-productive debt” (KEYNES, 1980, p. 277). Ademais, sublinhou que os superávits obtidos por esse orçamento poderiam flutuar ano a ano devido às oscilações inerentes à atividade econômica. Assim sendo, o autor não considerou o orçamento corrente como o responsável por amortecer as flutuações cíclicas inerentes a uma economia monetária de produção. Essa tarefa seria exercida pelo orçamento de capital.

O orçamento de capital agiria como o estabilizador automático dos ciclos econômicos, responsável por manter a pretendida estabilidade de produto e emprego. O orçamento consistiria num programa de investimentos produtivos estatais de longo prazo, sobretudo associado a atividades infraestruturais. Os dispêndios desse orçamento se elevariam sempre que os investimentos privados se reduzis-

sem. Nessa lógica, o contrário também deveria ocorrer, estabelecendo-se, assim, um mecanismo de estabilização automática dos ciclos econômicos.

Em função dos investimentos arrolados nesse orçamento promoverem variações positivas no estoque de capital da economia, seu funcionamento resultaria em seu próprio equilíbrio intertemporal através da geração de receita pública com os retornos dos ativos públicos mobilizados. Assim, havendo êxito nesta política de investimento, a possibilidade de déficits persistentes no orçamento de capital seria reduzida ao longo do tempo. Isso porque o gasto de capital induziria a uma elevação da demanda efetiva via investimentos privados ancorados nos dispêndios do orçamento de capital, ampliando a riqueza social e viabilizando um eventual alcance do pleno emprego (KEYNES, 1980).

Nesse sentido, Carvalho (1999) depreende que o orçamento de capital não deve realizar investimentos públicos rivais, mas, sim, complementares aos investimentos do setor privado. Ademais, Ferrari Filho e Terra (2011) apontam que os investimentos do orçamento de capital devem ser relacionados a atividades tecnicamente sociais que, segundo Keynes (1980, p. 291), são aqueles que “[...] are made by no one if the State does not make them [...]”.

Assim, como dito anteriormente, a origem das políticas sociais keynesianas remonta aos debates ocorridos durante a Segunda Guerra Mundial. Keynes participou de várias interlocuções sobre propostas econômicas e sociais que deveriam ser adotadas no Reino Unido para manter o país no pleno emprego nos pós-guerra, além de promover uma melhor distribuição de renda. A esse respeito, há dois documentos fundamentais que estabelecem princípios para a operacionalidade de uma política de renda de caráter social. O primeiro deles foi *How to pay for the war* (HPW) (KEYNES, 1982), de 1940; e o segundo foi a discussão de Keynes com William Beveridge entre 1941 e 1942, que resultou no *Beveridge Report* (BR), em novembro de 1942. Esse documento foi oficialmente intitulado *Social Insurance and Allied Services* (KEYNES, 1980) e forneceu as bases para proposições relacionadas ao *welfare state* que, ao longo do tempo, extrapolaram as fronteiras da Inglaterra.⁴

2.1 Os Princípios da Política Social de Keynes: Lições Extraídas do *How to Pay for the War* (1940)

No HPW, o foco da análise de Keynes foi elaborar um plano, denominado de *Plan for Deferred Pay*, para enfrentar quatro problemas correlacionados, dois deles imediatos e dois mais voltados para o período do pós-guerra. Os dois problemas imediatos eram: a) como financiar o Estado durante o esforço bélico; e b)

4 Está fora dos objetivos deste artigo fazer uma análise detalhada sobre a origem histórica do *welfare state*. Para uma análise sobre este assunto associado ao debate que se travou entre Keynes e Beveridge, ver Marcuzzo (2005).

como impedir que o consumo doméstico interferisse nas atividades relacionadas à guerra. Os dois posteriores à guerra eram: c) como manter o pleno emprego da guerra no pós-guerra; e d) como fazer isso sem piorar a distribuição de renda? As propostas de Keynes para enfrentar essas adversidades revelam a engenhosidade acadêmica e pragmática do autor.

Segundo Keynes (KEYNES, 1982), as demandas dos mais diversos tipos de equipamentos provocadas pela guerra culminavam na elevação do emprego dos fatores de produção disponíveis na economia britânica. Nesse sentido, maiores níveis de emprego e renda ampliavam a demanda por bens e serviços, induzindo o sistema alcançar o pleno emprego. Não obstante, o maior consumo agregado não tinha como ser acompanhado de um incremento na produção de bens de consumo, uma vez que os movimentos relacionados à oferta agregada se voltavam para as necessidades bélicas. Esse descompasso poderia promover uma pressão sobre o nível de preços agregados e culminar em uma elevação indesejável da inflação, uma vez que incidiria, sobretudo, sobre as classes mais pobres (CARVALHO, 2008, 2009).

Para entender as propostas de Keynes sobre como financiar o Estado britânico durante o custoso esforço de guerra, é necessário entender primeiramente a visão do autor à época sobre as questões centrais deste problema. Segundo ele, os meios usuais para o financiamento da guerra são: a) aumento dos impostos; b) imposto inflacionário; e, c) dívida pública. Contudo, os dois primeiros casos afetariam a renda real dos trabalhadores. Ademais, o imposto inflacionário beneficiava as classes mais altas em detrimento das mais baixas, e a dívida pública dependia da preferência pela liquidez dos agentes, que pode permanecer elevada em função do elevado grau de incerteza decorrente do conflito pelo qual o país passava.

A solução encontrada por Keynes foi a sugestão de uma poupança compulsória que faria o confisco de parte da renda do trabalhador durante o período da guerra e que seria devolvida após o fim do conflito. O objetivo dessa medida era conter um possível surto inflacionário durante a guerra (KEYNES, 1982; CARVALHO, 2008, 2009). Após seu término, o Estado britânico financiaria a devolução desses recursos aos trabalhadores por meio de um imposto cobrado dos empresários, uma vez que determinados setores haviam obtido consideráveis resultados financeiros.

Dessa forma, o *Plan for Deferred Pay* representou uma proposta alternativa à convencional ideia de elevação de impostos para financiamento de gastos públicos para financiar a indústria da guerra. No plano, Keynes apontou que o excedente tributado da renda dos trabalhadores seria depositado em contas individuais remuneradas que formavam, em conjunto, um fundo de investimento resgatável no futuro pós-guerra. Em sua opinião, esse mecanismo era preferível à elevação da inflação ou ao aumento da carga tributária.

Embora tanto o *Deferred Pay* recomendado por Keynes, quanto os mecanismos tradicionais de financiamento de guerra implicassem uma restrição ao consu-

mo dos trabalhadores, a proposta do autor apresenta importante diferença com os expedientes tradicionais de financiamento estatal, pois previa uma recomposição de renda dos trabalhadores depois do conflito, enquanto os instrumentos usuais não contemplavam esse elemento. Percebe-se, portanto, sua preocupação em evitar um aprofundamento da má distribuição de renda e da injustiça social, característicos dos períodos de guerra (CARVALHO, 2008, 2009).

Em suma, Carvalho (2008, 2009) ressalta que as lições extraídas do HPW revelam as inquietações de Keynes com relação à má distribuição de renda e aos problemas sociais inerentes a uma economia monetária de produção. Segundo ele, o objetivo de Keynes era engendrar dispositivos viáveis que pudessem, simultaneamente: a) assegurar recursos para financiar o esforço de guerra; b) impedir o recrudescimento de um processo inflacionário; c) diminuir as distorções distributivas do sistema tributário; e d) atenuar a amplitude da flutuação econômica e manter o pleno emprego no pós-guerra através da devolução da renda recolhida dos salários dos trabalhadores durante a fase mais crítica do evento.

2.2 Keynes no *Beveridge Report*: uma Proposta de Política Social Keynesiana

Apesar do HPW representar uma discussão importante sobre política de renda keynesiana e suas repercussões sociais, acredita-se que as lições extraídas do BR são mais amplas do ponto de vista social e são ainda mais adequadas para interpretar a experiência brasileira recente desse tipo de gastos.⁵

William Beveridge foi o responsável por idealizar a principal discussão sobre proteção e política social do Reino Unido entre 1941 e 1942. Suas proposições reuniam um conjunto de reformas sociais que envolviam medidas tais como proteção dos cidadãos via sistema de seguridade, acesso à saúde pública gratuita e universal e sustentação da demanda agregada com o objetivo de atingir o pleno emprego. Esse sistema, que se alastrou por diversos países do mundo no pós-guerra, até como modelo de capitalismo a ser seguido (SALVADOR, 2007), teve grande contribuição de Keynes.

O BR começou a ser concebido em junho de 1941 quando foi instaurado o *Inter-Departmental Committee on Social Insurance and Allied Services*. O objetivo dessa Comissão era fazer um levantamento abrangente dos mecanismos de seguridade social existentes no Reino Unido e em outros países e, a partir daí, formular

5 Isso não significa que os princípios e propostas do BR foram efetivamente implementados no Brasil no período em análise. Como aponta Salvador (2007, p. 81): “[...] em que pese a influência do Plano Beveridge sobre os teóricos da previdência e o aparecimento de algumas dessas ideias em documentos oficiais do Ministério do Trabalho e Emprego (responsável, à época, pela previdência social), jamais essas teses foram integralmente incorporadas no Brasil.” O que se pretende afirmar é que, em função da participação e das contribuições elaboradas por Keynes, alguns princípios relacionados à política social incorporados ao BR contribuem para a interpretação do caso brasileiro.

propostas e recomendações de políticas sociais. As propostas, até então inéditas para seguridade, assistência social e serviços, foram apresentadas em novembro de 1942 com a pretensão de serem aplicadas em todo país.

Como destaca Beveridge (1942), o plano de seguridade social contido no BR pretendia eliminar a pobreza após a guerra utilizando como mecanismo central o seguro social obrigatório e a implantação de um programa de assistência social nacional. Nesse sentido, o BR propôs: a) a criação de um subsídio a filhos dependentes como apoio à sua formação educacional; b) o estabelecimento de serviços de saúde gratuitos; e c) a manutenção do emprego e reabilitação profissional. Essas três medidas representaram os pressupostos fundamentais do plano. Além deles, outras propostas específicas foram sugeridas, tais como: uma renda para provimento contra doença e acidente, despesas para custear nascimento, casamento e morte; aposentadoria por idade; e seguro-desemprego. Por fim, o BR destacou que era necessário evitar o desemprego em massa para que as propostas elaboradas fossem ser bem-sucedidas.

Para além da promoção de melhorias na qualidade de vida da população no pós-guerra, a proposta de seguridade social do BR também era vista como parte de um amplo projeto a ser colocado em prática no Reino Unido para evitar uma desestabilização social grave durante o período bélico. Não obstante, embora a aplicação de todas as medidas de seguro social proporcionasse uma certa segurança de renda à população, esse não era o único aspecto a ser atenuado pelo sistema de seguridade. Dessa forma, como Beveridge destaca (1942, p. 6):

The [...] organization of social insurance should be treated as one part only of a comprehensive policy of social progress. Social insurance fully developed may provide income security, it is an attack upon Want. But Want is one only of Five giants on the road of reconstruction and in some ways the easiest to attack. The others are Disease, Ignorance, Squalor and Idleness.

Outro ponto destacado pelo BR foi que a segurança social deveria ser feita, via cooperação entre Estado, pelo empregador e pelo empregado, ou seja, uma seguridade por repartição, custeada por contribuição tripartite (desde que houvesse condição de contribuir no caso de indivíduos). Assim, “[...] the abolition of want requires, first, improvement of State insurance, that is to say provision against interruption and loss of earning power. All the principal causes of interruption or loss of earning are now the subject of schemes of social insurance [...]” (BEVERIDGE, 1942, p. 7).⁶

6 Salvador (2007, p. 81) destaca a importância do BR para construir o estado de bem-estar social europeu no pós-guerra: “O marco da institucionalização da seguridade social no mundo é a publicação, em 1942, na Inglaterra, do Relatório de Beveridge, que trouxe mudanças significativas no âmbito dos seguros sociais até então predominantes. A proposta resultou em aumento das despesas com proteção social, objetivando o combate à pobreza e tendo por fundamento os direitos universais a todos os cidadãos e todas as cidadãs [...]”.

Em carta enviada a Beveridge em 17 de março de 1942, Keynes mostrou-se entusiasmado com as orientações do plano (KEYNES, 1980), acreditando que as propostas de seguridade social eram financeiramente viáveis para o Tesouro. Nesse aspecto particular, Keynes debateu com ele sobre a viabilidade das propostas. Embora empolgado com as medidas, se preocupava com os enormes gastos do governo durante a guerra e dedicou-se a refletir sobre como angariar fundos para que o orçamento ordinário pudesse sustentá-los. Por exemplo, nessa mesma carta, propôs a criação de um fundo financiado por uma contribuição financeira cobrada tanto do empregado, quanto do empregador como solução para o pagamento das pensões.

Como Carvalho (2008, 2009), o plano de Beveridge para a segurança social estava em estrito acordo com o reformismo social de Keynes. Segundo o autor, o plano promoveu a distribuição de renda através da proteção contra perdas de rendimentos, possibilitou a provisão universal de serviços de saúde e subsídios para as crianças e impediu que o país mergulhasse numa crise econômica e social mais grave. Nesse sentido, contribuiu para reduzir a volatilidade da produção agregada e para estabelecer um volume mínimo de demanda agregada no país apartada da demanda da guerra, de forma a evitar que o Reino Unido experimentasse uma recessão brusca durante ou após o conflito.⁷

Pode-se concluir, portanto, que o BR tinha pelo menos duas características também vistas em quaisquer políticas sociais propostas ou apoiadas por Keynes, quais sejam: promover a redistribuição da renda e da riqueza, e contribuir para regularizar o nível de demanda agregada evitando oscilações muito abruptas na renda agregada ao longo do tempo. Nesse sentido, o BR foi uma proposta de utilização da política econômica a fim de mitigar os dois principais problemas do sistema capitalista identificados na TG. Por isso, não foi surpresa a participação e o entusiasmo com que Keynes defendeu o plano (CARVALHO, 2008, 2009).

A partir do exposto acima, entende-se que tanto quanto os investimentos propostos no orçamento de capital, os gastos sociais têm uma repercussão indutora sobre o investimento privado e, assim, sobre o produto agregado. Os gastos públicos, sejam na forma de investimento público, sejam nas políticas de renda, geram uma demanda autônoma para o setor privado. Assim, cria-se uma âncora de demanda efetiva na economia feita pelo dispêndio público, que traz consigo um estímulo ao investimento privado. Por isso, o investimento induzido surge como resposta ao gasto público autônomo, e o resultado esperado, caso o circuito

7 A preocupação com a desigualdade de renda por parte de Keynes ficou evidente em sua contribuição ao BR. Contudo, tal inquietação já tinha sido expressa na TG quando o autor afirmou que acreditava "[...] haver justificativa social e psicológica para grandes desigualdades nas rendas e na riqueza, embora não para as grandes disparidades existentes na atualidade [...]" (KEYNES, 1983, p. 254). Ou seja, sua visão era de que as desigualdades sociais já eram muito exacerbadas no final dos anos 1930 e que tamanha disparidade era um empecilho ao crescimento econômico e à própria estabilidade do sistema.

de gastos se mantenha, é um movimento cíclico de menor amplitude para o crescimento do PIB.

Conforme Keynes destaca no capítulo 5 da TG, essa interação entre os resultados de curto prazo (demanda pública autônoma) e as expectativas favoráveis de longo prazo (que resultam em decisões de investimento) constitui a dinâmica econômica intertemporal de crescimento do PIB. Destarte, o circuito de causação proposto pode ser compreendido da seguinte forma: a demanda pública autônoma (conjunto dos gastos públicos incluindo as políticas sociais, os gastos com a oferta de serviços público e, sobretudo, o investimento público) sustenta a demanda privada e, então, induz uma elevação do investimento privado uma vez que lança uma âncora para as expectativas empresariais. Desta forma, o circuito retroalimenta-se na medida em que os investimentos privados induzidos dinamizam novamente a economia, gerando um movimento ascendente da produção agregada. A estrutura lógica deste modelo teórico norteia o modelo empírico apresentado na seção 4 deste artigo.

3 Uma Breve Descrição dos Programas Brasileiros de Transferência de Renda: o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família

O BPC é um programa de transferência de renda, criado em 1996, que paga um salário-mínimo mensal a dois grupos de beneficiários: idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência e decorrente incapacidade laboral (física, mental, intelectual ou sensorial). Para terem direito ao benefício, ambos precisam apresentar renda *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo e não receber outro benefício do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Tal benefício não necessita de contrapartida contributiva. Sua regulamentação foi estabelecida pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que regulamentou o artigo 203 da Constituição Federal de 1988. Em síntese, o BPC efetiva a transferência de renda a pessoas com incapacidade de sobrevivência através do trabalho, seja por serem idosos e/ou portadores de deficiência.

Por sua vez, o PBF foi criado em 2003 com a unificação e expansão de diversos programas sociais existentes desde a segunda metade dos anos 1990. Ele se caracteriza por ser um complemento de renda às famílias consideradas pobres que estão no mercado de trabalho, mas apresentam insuficiência de renda para subsistir. Legalmente, foi instituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente regulamentada pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cabe destacar que tais benefícios são condicionados à frequência escolar e à vacinação dos residentes menores de idade. A intenção do programa é associar a concessão do benefício ao desenvolvimento educacional e à saúde dos beneficiários, ou seja, a aspectos de desenvolvimento de natureza social. Nesse sentido, o

PBF objetiva extinguir a pobreza extrema através de políticas coordenadas envolvendo saúde e educação. Ainda que seu instrumento central seja elevar a renda das famílias economicamente mais vulneráveis, o PBF visa superar a pobreza via intervenção que vai além do escopo meramente econômico.

Os valores que as famílias recebem em ambos os programas variam, pois dependem de dois aspectos: a renda do domicílio e a composição familiar. Contudo, pode-se perceber, na Tabela 1, que de 2004 a 2014 ambos os programas tiveram crescimento significativo dos valores destinados a eles, com a ampliação de sua cobertura e maior elegibilidade para recepção dos benefícios.

Tabela 1 – Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Renda Mensal Vitalícia: síntese de dados 2004-2014 (em R\$ bilhões)

Anos	Bolsa Família* R\$ bilhões	Taxa de variação (%)	Taxa de variação acumulada(%)	BPC e RMV* R\$ bilhões	Taxa de variação (%)	Taxa de variação acumulada (%)	Inflação acumulada** (%)
2004	9.470,55			12.696,14			7,6
2005	10.231,72	8,03	8,04	14.816,66	16,70	16,70	13,73
2006	11.787,54	15,20	24,45	18.069,29	21,95	42,31	17,25
2007	13.022,94	10,48	37,50	21.092,79	16,73	66,12	22,53
2008	14.697,70	12,86	55,18	22.505,32	6,70	77,25	29,76
2009	15.787,28	7,41	66,68	25.489,90	13,26	100,76	35,34
2010	17.234,67	9,16	81,95	28.585,78	12,15	125,15	43,33
2011	19.852,41	15,18	109,59	30.100,57	5,30	137,08	52,64
2012	23.742,67	19,59	150,67	33.294,40	10,61	162,24	61,50
2013	26.484,92	11,54	179,62	36.118,48	8,48	184,47	71,02
2014	27.187,00	2,65	187,03	38.557,76	6,75	203,68	81,94

Fonte: *Secretaria de Política Econômica, deflacionado pelo IPCA a preços de 2014, **Banco Central do Brasil e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Nota: Renda Mensal Vitalícia entrou em extinção com o advento do BPC.

A Tabela 1 mostra que os valores dos benefícios pagos pelo PBF aumentaram de R\$ 9,5 bilhões, em 2004, para R\$ 27,2 bilhões em 2014. Isso significou uma elevação próxima de 190% no período. Comportamento similar pode ser observado no BPC (com RMV incluído). Nesse caso, o aumento acumulado superou os 200%. Para se ter uma ideia do aumento dos dispêndios reais desses programas, observa-se que a inflação acumulada no período foi de 82%. Outra forma mais precisa de identificar a importância relativa desses valores é compará-los com o PIB do país no período. Segundo dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 2004 o PBF representou 0,29% do PIB, subindo para 0,47% em 2014. Por sua vez, o BPC (com o RMV) cresceu de 0,38 para 0,67% do PIB no mesmo período.

Claro está que a mera observação da taxa de crescimento dos gastos destinados ao PBF e BPC não responde à hipótese fundamental levantada por este trabalho. O que se pretende ressaltar é que seu avanço contínuo durante o período em

tela estimulou uma análise mais detida sobre o impacto da política social adotada no Brasil.

4 A Relação entre as Políticas Públicas de Transferência de Renda do BPC e do PBF no Período 2004-2014 e o Investimento Privado Induzido: uma Avaliação Empírica

Segundo a teoria da demanda efetiva de Keynes, os gastos públicos são um importante instrumento para a elevação do emprego e produto nos momentos de crise, uma vez que funcionam como demanda autônoma capaz de induzir o crescimento dos investimentos privados. Por isso, vários autores têm se dedicado a interpretar os impactos dos gastos públicos sobre a demanda agregada mensurados através de choques nas variáveis fiscais.

Orair, Gobetti e Siqueira (2016) apontam que os trabalhos voltados à estimação de tais impactos no Brasil são escassos devido, sobretudo, à limitação das fontes de dados. Ainda assim, os autores fazem uma decomposição de dados mensais das receitas e despesas do governo federal no período de janeiro de 2002 a abril de 2016. Seu objetivo é estimar os impactos dos dispêndios públicos sobre o produto utilizando o método STVAR, ou seja, de vetores autorregressivos não lineares com transição gradual. Eles encontraram impactos positivos dos gastos dos benefícios sociais, dos investimentos e dos gastos com pessoal, o que não se repetiu com relação aos impactos dos subsídios, pois estes foram considerados não relevantes.

Seguindo a mesma categoria de gastos utilizada por Orair, Gobetti e Siqueira (2016), e a partir de um referencial pós-keynesiano, Cattán (2017) também estima um STVAR para o período 2002-2016 utilizando um modelo inspirado em Dutt (2013). Sua análise foca na relação entre crescimento econômico e política fiscal, assumindo como hipótese que os dispêndios do governo podem afetar o produto tanto no curto quanto no longo prazo. Assim, Cattán (2017) conclui que o investimento, o consumo e a receita pública tiveram impactos positivos sobre a dinâmica do produto. A dívida pública, por sua vez, não apresentou efeitos positivos sobre a atividade econômica.

Autores de outras vertentes teóricas também estudaram os impactos dos gastos públicos para analisar a indução da política fiscal no crescimento econômico. Nessa perspectiva, também com estimações STVAR, Peres e Ellery Júnior (2009) analisam o impacto do gasto público e da política tributária sobre o produto entre 1994 e 2005 e concluem que o gasto fiscal apresentou característica tipicamente keynesiana, provocando resultados negativos diante de um choque de tributos e positivos diante de uma expansão dos gastos.

Na mesma direção, Cavalcanti e Silva (2010) investigam os impactos da política fiscal brasileira de 1995 a 2008 a partir do VAR estrutural. Eles utilizam dados da receita e despesa do governo acrescentando a variável dívida pública para captar seus efeitos na condução da política fiscal. Concluem que, ao incluir a dívida pública no modelo, os choques da política fiscal se tornaram pouco significantes.

O modelo elaborado neste artigo analisa dois gastos governamentais relacionados ao consumo corrente do governo (PBF e BPC), cuja função de despesa está relacionada à um instrumento de política econômica de natureza social. O objetivo do modelo é avaliar a maneira pela qual a demanda pública autônoma induz os investimentos privados e uma melhor distribuição de renda para a população mais pobre. Gastos dessa natureza cumprem o papel de minimizar as desigualdades de renda e contribuir com a elevação da demanda agregada, portanto, do nível de atividade. Essa foi a perspectiva proposta por Keynes no BR. Assim, o artigo busca analisar a correlação estatística entre a demanda pública autônoma na forma de gastos sociais e o investimento privado por eles induzido, tendo como base a abordagem pós-keynesiana.

4.1 Apresentação dos Dados e Identificação do Modelo

A base de dados foi obtida da Secretaria do Tesouro Nacional (2016), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, a partir do sistema de dados Ipeadata (2018), e do Ministério de Desenvolvimento Social com base na Matriz de Informação Social (2018). As séries utilizadas para a estimação do modelo foram o PIB nominal e o indicador da formação bruta de capital fixo (FBKF), ambos coletados no Ipeadata (2018). Os dispêndios com os programas assistenciais PBF e BPC foram extraídos na Matriz de Informação Social do Ministério do Desenvolvimento Social.

A frequência das séries é mensal de janeiro de 2004 a dezembro de 2014, perfazendo, portanto, 132 observações. Os dados foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em valores reais de dezembro de 2014. Ademais, todas as variáveis foram convertidas em logaritmos naturais e foram des-sazonalizadas a partir do ajuste Arima-X13, que, para isso, foi utilizado o *software* R. O Quadro 1 sintetiza as variáveis utilizadas no modelo.

Quadro 1 – Apresentação das variáveis

Variável dependente	Descrição das variáveis
PIB	PIB mensal corrigido a valores de dez/2014
Variáveis explicativas	Descrição das variáveis
BPC	Benefício de Prestação Continuada
PBF	Programa Bolsa Família
FBKF	Indicador de formação bruta de capital fixo

Fonte: Elaboração própria.

A estratégia econométrica adotada para verificar os impactos dos programas PBF e BPC no PIB é a estimação de um modelo VAR. Por meio dela, busca-se verificar-se estatisticamente as relações lineares entre as variáveis e seus valores defasados, tendo como restrição a quantidade de variáveis utilizadas e as defasagens existentes entre elas. Ademais, as regressões VAR fornecem as chamadas causalidades-Granger, que permitem identificar estatisticamente se desvios padrões de uma variável Granger-causam mudanças em outra variável, o que é um instrumento interessante para se analisar se os gastos sociais causam, no sentido estatístico de Granger, variações do PIB.

A estrutura geral de um modelo VAR é apresentada abaixo consoante a abordagem proposta por Lütkepohl (2006). Assim, um modelo VAR de ordem p , denotado VAR(p), é uma generalização vetorial que segue um processo autorregressivo que pode ser expresso da seguinte forma:

$$y_t = v + A_1 y_{t-1} + \dots + A_p y_{t-p} + u_t, t = 0, \pm 1, \pm 2, \quad (1)$$

Assim, $y_t = (y_{1t}, \dots, y_{Kt})'$ é um vetor $K \times 1$; A_i são matrizes de coeficientes de ordem $K \times K$; $v = (v_1, \dots, v_K)'$ é o vetor dos interceptos de dimensão $K \times 1$, permitindo a possibilidade de que $E(y_t)$ tenha média diferente de zero; por fim, $u_t = (u_{1t}, \dots, u_{Kt})'$ é um ruído branco de dimensão K , isto é, $E(u_t) = 0$, $E(u_t u_t') = \Sigma u$ e $E(u_t u_s') = 0$ para $s \neq t$. A matriz de covariância Σu é não singular se não indicada de outra maneira.

O processo y_t apresenta a condição de estabilidade se o seu polinômio característico não tiver raízes dentro ou sobre o círculo unitário, ou seja:

$$\det(I_k - A_1 z - \dots - A_p z^p) \neq 0, \text{ para } |z| \leq 1 \quad (2)$$

em que I_k é uma matriz identidade e z representa as raízes do polinômio característico. As três maneiras de se analisarem os resultados dos modelos VAR são as análises de causalidade de Granger, as funções de impulso-resposta e a decomposição da variância.

4.2 Estimações e Resultados

Para se fazer estimações robustas são necessários testes de adequação do modelo. O primeiro deles são os testes de estacionariedade das séries, identificando-se se há a presença de raiz unitária nelas. A Tabela 3 apresenta os testes realizados, a sa-

ber Dickey-Fuller Aumentado (ADF), Phillips-Perron (PP), e Kwiatkowski-Phillips-Schmidt-Shin (KPSS) e seus resultados. A hipótese nula nos testes ADF e PP é que a série tem raiz unitária. Caso se rejeite esta hipótese a série é estacionária. Já no teste KPSS a hipótese nula estabelece a estacionariedade da série, e a rejeição da hipótese alternativa faz da série estacionária. Os testes foram realizados para certificar a não-estacionariedade das séries em nível e em uma diferença.

Conforme a Tabela 2, todas as variáveis apresentam raiz unitária em nível a 5% e 10% de significância pelos testes ADF, PP e KPSS. A exceção é PBF, que é estacionária pelo teste ADF a 10% de significância. A partir desses resultados foram realizados os testes de raiz unitária em primeira diferença para todas as variáveis (ΔPIB , ΔPBF , ΔBPC , $\Delta FBKF$). A estacionariedade é confirmada tomando como base os testes ADF, PP e KPSS a 5% e 10%, com exceção das variáveis ΔPBF e ΔBPC , que se mostraram não estacionárias a 5% e 10% de significância, respectivamente, pelo teste KPSS. Entretanto, os testes ADF e PP evidenciaram a estacionariedade a 5%, e, assim, pela predominância desses dois resultados contra o KPSS testes, conclui-se pela ausência de raiz unitária.

Tabela 2 – Testes de raiz unitária

Variáveis	ADF	PP	KPSS
(PIB)			
p-valor	0,8235	0,6999	0,0100(*)
Estatística do teste	-1,4061	-7,2098	4,4559
($\Delta.PIB$)			
p-valor	0,0100(*)	0,0100(*)	0,1000
Estatística do teste	-5,2690	-143,35	0,2151
(PBF)			
p-valor	0,0630(**)	0,5727	0,0100(*)
Estatística do teste	-3,3675	-9,4136	4,2291
($\Delta.PBF$)			
p-valor	0,0100(*)	0,0100(*)	0,0457(*)
Estatística do teste	-5,2953	-121,38	0,4819
(BPC)			
p-valor	0,9077	0,6449	0,0100(*)
Estatística do teste	-1,1733	-8,1613	4,3660
($\Delta.BPC$)			
p-valor	0,0100(*)	0,0100(*)	0,0902(**)

Continua...

Conclusão.

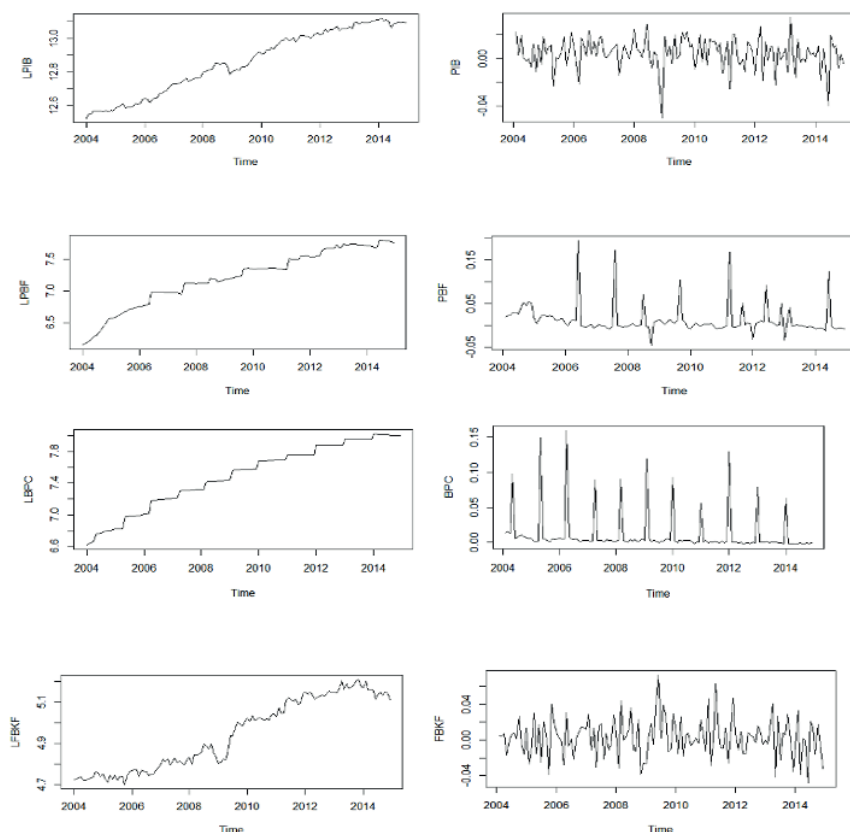
Variáveis	ADF	PP	KPSS
Estatística do teste	-6,7162	-123,63	0,3695
(FBKF)			
p-valor	0,7113	0,3847	0,0100(*)
Estatística do teste	-1,6758	-12,670	4,3762
(Δ .FBKF)			
p-valor	0,0100(*)	0,0100(*)	0,1000
Estatística do teste	-5,3443	-152,18	4,3762

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (*) significativa a 5%, (**) Significante a 10%.

A Figura 1, por sua vez, mostra graficamente as variáveis em nível e em primeira diferença. As variáveis da coluna A, *LPIB*, *LPBF*, *LBPC* e *LFBKF* estão em nível. As variáveis da coluna B, Δ *PIB*, Δ *PBF*, Δ *BPC* e Δ *FBKF* são as variáveis em primeira diferença. Pode-se ver a diferença entre as colunas A e B, em que há uma clara tendência nas séries de A. Embora se perceba volatilidade em B, os gráficos mostram as linhas circundando um ponto médio, o que sugere a ausência de raiz unitária nas séries.

Figura 1 – Gráficos das séries em nível (esquerda) e em primeira diferença (direita)



Fonte: Elaboração própria.

Para a avaliação do número de defasagens das regressões das estimações, são feitos quatro testes: AIC, SC e HQ, além do teste de erro de predição final. Os testes são feitos com as variáveis estacionárias, ou seja, aquelas que estão em primeira diferença e não possuem raiz unitária. Na Tabela 3 são apresentados os resultados. Os critérios de seleção indicam um VAR com uma defasagem, ou seja, VAR (1).

Tabela 3 – Escolha de defasagens

Defasagens	AIC	HQ	Akaike	FPE
1	-3,012044*	-2,993470*	-2,966317*	8,297316*
2	-3,000857	-2,964772	-2,918567	9,285813
3	-2,989339	-2,941046	-2,870450	1,044337

Continua...

Conclusão.

Defasagens	AIC	HQ	Akaike	FPE
4	-2,973162	-2,910010	-2,817662	1,232577
5	-2,962956	-2,884945	-2,770904	1,373770
6	-2,961727	-2,868857	-2,733094	1,403963
7	-2,961851	-2,854122	-2,696637	1,420854
8	-2,945765	-2, 822317	-2,643969	1,698600

Fonte: Elaboração própria.

Nota: * Indicação da ordem de defasagem selecionada pelo critério.

Para que se estime o VAR é fundamental que se teste o modelo para a ocorrência de cointegração, ou seja, a existência de correlação de longo prazo entre as variáveis que compõem o modelo, o que poderia gerar, caso não diagnosticada a cointegração na formatação do modelo, regressão espúria (CAMURI, 2005). Para isso, faz-se o teste de cointegração de Johansen, que analisa a hipótese da existência de vetores cointegrados e assume a hipótese nula de que não há cointegração entre as variáveis. Os resultados podem ser verificados na Tabela 4.

Tabela 4 – Teste de cointegração de Johansen

Rank	Estatística do traço	Valor crítico a 5%	Estatística do máximo autovalor	Valor crítico a 5%
0	108,9562	53,12	62,2906	28,14
1	46,6657	34,91	24,0301	22,00
2	22,6349	19,96	14,4001	15,67(*)
3	8,23480	9,24(*)	7,7780	9,46(*)

Fonte: Elaboração própria.

Nota: (*) Significante a 5%.

O teste Johansen indica que há cointegração pelas duas estatísticas. Contudo, este teste é feito com as variáveis em nível e não com elas em primeira diferença. Dessa forma, os resultados das estatísticas do traço e do máximo autovalor apontam a cointegração e reforça a estratégia de se usar as variáveis em primeira diferença, que são estacionárias e não cointegradas. O custo dessa escolha são as relações estatísticas analisadas serem apenas de curto prazo, não se podendo fazer inferências de longo prazo. Todavia, a intenção desse exame empírico é analisar estatisticamente as relações entre as políticas sociais BPC e PBF com o PIB no período 2004 a 2014, e não projeções futuras (longo prazo) das variáveis. Logo, usar um VAR simples, com variáveis em primeira diferença, e não um vetor com correção de erros, que lidaria a cointegração em nível, é uma estratégia válida.

Enfim, o modelo a ser estimado tem a forma geral VAR disposta na equação 3. Como se pode verificar, ele expressa a lógica teórica exposta na seção 2, ou seja,

que o PIB é decorrente do investimento privado (FBKF) e dos programas sociais, PBF e BPC. Como é comum em modelos autorregressivos, o PIB também decorre de seu próprio comportamento passado, numa espécie de *carry over*. No que toca às variáveis de interesse, são representadas pelos gastos sociais. Eles são a demanda pública autônoma, induzem investimentos privados e repercutem, ambos, sobre o ciclo de crescimento do PIB. Uma vez que pela metodologia VAR as funções impulso-resposta são sensíveis à ordenação das variáveis, faz-se a especificação da ordem das variáveis pela decomposição de Cholesky (MENDONÇA, 2004). Por fim, a regressão contém cinco variáveis, o que constrói parcimônia no modelo, algo desejado para modelagens VAR.

$$\Delta PIB_{1,t} = \Delta PIB_{t-1} + \Delta PBF_{t-1} + \Delta BPC_{t-1} + \Delta FBKF_{t-1} + \mu_{t-1} \tag{3}$$

Outros exames ainda foram realizados na equação 3, quais sejam, os testes de autocorrelação serial (Portmanteau) de ordem um, de heterocedasticidade condicional (ARCH-LM multivariado) e o teste de normalidade dos resíduos (Jarque-Bera). Os resultados, apresentados na Tabela 5, mostram que os resíduos não são autocorrelacionados, a variância é homocedástica e que, porém, há não normalidade dos resíduos. No entanto, séries econômicas são na maioria das vezes não normais e, dessa forma, a não normalidade é ocasionalmente admitida, não alterando os resultados (GROPPO, 2004).

Tabela 5 – Testes de diagnósticos dos resíduos

Testes	Portmanteau	ARCH-LM	Jarque-Bera
P-valor	0,3781	0,9936	< 2.2e-16
Estatística do teste	17,117	153,64	1446,4

Fonte: Elaboração própria.

Verificada a adequação e a robustez do modelo, pode-se passar às formas de análise de resultados do VAR. Um primeiro caminho de análise empírica são os testes de causalidade Granger. Para a causalidade de Granger, a hipótese nula é a de que uma variável *X* não Granger-causa a variável *Y* com precedência temporal, contra a hipótese alternativa de que *X* Granger-causa *Y*.

A Tabela 6 mostra o resultado do teste de causalidade Granger para o modelo completo, ou seja, indo além das variáveis de interesse nesse exercício. Como as variáveis estão em primeira diferença, os resultados dos testes informam se uma variação de uma variável ajuda a explicar a variação nas outras. A 5% de confian-

ça, variações do PIB fazem variar todas as demais variáveis, e o mesmo ocorre para variações do PBF e da FBKF. Apenas a variação no BPC não afeta a variação no PIB ao nível de significância de 5%. Dessa forma, há uma confirmação da proposta teórica, em que variações positivas no PBF e da FBKF impactam positivamente o PIB, porém a não significância estatística do PBC não Granger-causar variações no PIB difere da hipótese teórica antes arrolada.

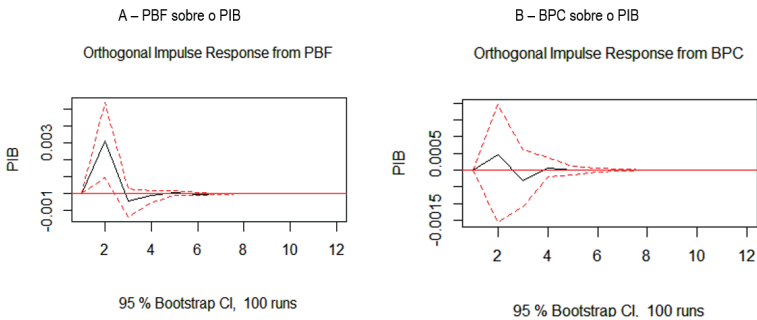
Tabela 6 – Teste de causalidade de Granger

Hipótese nula	Estatística F	Probabilidade
ΔPIB não Granger-causa ΔPBF ΔBPC ΔFBKF	2,7252	0,0436
ΔPBF não Granger-causa ΔPIB ΔBPC ΔFBKF	2,6790	0,0564
ΔBPC não Granger-causa ΔPIB ΔPBF ΔFBKF	0,3152	0,8143
ΔFBKF não Granger-causa ΔPIB ΔPBF ΔBPC	1,2420	0,2938

Fonte: Elaboração própria.

O segundo caminho de análise dos resultados de regressões VAR são as funções de impulso-resposta. Elas são reportadas na Figura 2, que mostra como um choque no PBF e no PBC, colunas A e B, respectivamente, impacta o PIB um período à frente. Assim, tem-se a análise da função impulso-resposta sobre as variáveis de interesse desse exame empírico: os gastos sociais PBF e BPC impactando o PIB. As evidências encontradas indicam que há uma relação positiva entre o gasto do PBF e o PIB. O impacto positivo do PBF sobre o PIB tem duração de dois períodos (meses), sendo que a partir do quarto mês é estatisticamente igual a zero. Isso significa que o efeito positivo permanece até o segundo mês. Porém, não se tem significância estatística da relação entre o BPC e o PIB.

Figura 2 – Funções impulso-resposta do PBF e BPC sobre o PIB



Fonte: Elaboração própria.

A partir dos resultados obtidos, pode-se verificar que os impactos positivos do PBF sobre o produto estão em consonância com o pensamento de Keynes sobre gastos sociais como uma demanda autônoma sustentada pelo dispêndio pú-

blico. Contudo, o mesmo era o esperado do BPC, o que pode explicar a diferença no resultado qual seja o perfil do receptor do recurso: o BPC é destinado a pessoas idosas e portadoras de deficiência que possuem gastos mais específicos do que as famílias que recebem o PBF. Esses dispêndios tendem a ser mais abrangentes – embora, em menor valor global do BPC – pela própria natureza do critério para acesso ao benefício. Consequentemente, isso provoca uma elevação menos proeminente em termos de bens e serviços, multiplicando o impacto do PBF sobre a demanda.⁸ Soma-se a isso o PBF atingir um conjunto maior de pessoas do que o BPC, 14 milhões de famílias (cuja medida se refere a quatro pessoas) durante o período 2004 a 2014. O BPC, por sua vez, destinou recursos a aproximadamente 4 milhões de pessoas elegíveis (idosos e deficientes) (MDS, 2018).

O terceiro caminho de análise dos resultados de regressões VAR é a decomposição da variância. Ela mostra a porcentagem da variância do erro de previsão que decorre de cada variável endógena ao longo do horizonte de previsão (BUE-NO, 2011). A Tabela 7 traz valores referentes à decomposição da variância dos erros de previsão do Δ PIB, sendo que o interesse é analisar o quanto dela é explicado por variações do PBF e do BPC.

Tabela 7 – Decomposição da variância de Δ PIB

Defasagens	Δ PIB	Δ PBF	Δ BPC
1	1,0000	000000	00000
2	0,9343	0,04326	0,0011
3	0,9287	0,04420	0,0018
4	0,9287	0,04419	0,0018
5	0,9286	0,04420	0,0018
6	0,9286	0,04420	0,0018
7	0,9286	0,04420	0,0018
8	0,9286	0,04420	0,0018
9	0,9286	0,04420	0,0018
10	0,9286	0,04420	0,0018
11	0,9286	0,04420	0,0018
12	0,9286	0,04420	0,0018

Fonte: Elaboração própria.

8 A título de informação, por ser teoricamente interessante à perspectiva pós-keynesiana que norteia este trabalho, os impactos das políticas sociais PBF e BCP sobre a FBKF foram testados e os resultados foram estatisticamente significativos e positivos do PBF para a FBKF e insignificantes do BPC para a FBKF. Logo, nos testes aqui feitos, a demanda pública autônoma via PBF induz investimentos privados, porém o BPC não. Esses resultados, embora interessantes, escapam ao foco do interesse do exame empírico deste artigo, por isso eles não são reportados no corpo do texto.

De acordo com a Tabela 7, a decomposição da variância de ΔPIB é, sobretudo, explicada pelo próprio PIB do período anterior, o que é esperado em função do tamanho dessa variável em relação aos gastos sociais. Não obstante, a partir do segundo mês, as variáveis ΔPBF e ΔBPC ganham relativa importância na explicação da variância de ΔPIB , em particular com o efeito da variação de ΔPBF explicando 4,32% e do ΔBPC , 0,11% da variância de ΔPIB , respectivamente. No terceiro mês, a variação de ΔPBF e ΔBPC explicam, respectivamente, 4,2% e 0,18% da variância de ΔPIB , percentuais que se mantêm constantes a partir do quarto mês. Em síntese, a diferença das magnitudes do BPC e do PBF pode ser explicada da seguinte forma: a) decorre da diferença na abrangência dos programas; e b) decorre do perfil daqueles que recebem os benefícios, uma vez que o PBF é notadamente destinado ao custeio familiar, enquanto o BPC apresenta uma destinação mais pessoal.

5 Considerações Finais

Ao identificar a dificuldade de alcançar o pleno emprego e eliminar a desigualdade na distribuição da renda como os principais problemas de uma economia monetária de produção, Keynes sugeriu mecanismos e propostas para atenuá-los. Em particular, a discussão em torno do BR seguiu nessa direção, uma vez que ele propôs diversas medidas de assistência social, tais como subsídios, serviços de saúde gratuitos, políticas para manutenção do emprego e reabilitação profissional, etc. O objetivo dessas ferramentas era diminuir as desigualdades sociais e, simultaneamente, elevar os níveis de produção impulsionando a demanda agregada do país.

Essa abordagem desenvolvida por Keynes inspirou este estudo. Sua principal contribuição foi examinar empiricamente a importância dos gastos sociais para a dinâmica do PIB brasileiro no período 2004-2014. Para tanto, estimou-se um modelo econométrico VAR para se analisar os impactos das variáveis de interesse PBF e BPC sobre o PIB. Os efeitos sobre o PIB foram positivos para o PBF nas funções impulso-resposta e para a decomposição da variância, mostrando que choques no programa estimulam o PIB. O BPC não apresentou significância estatística para as funções impulso-resposta, e a decomposição da variância mostrou a pequena relevância de variações no BPC sobre o PIB. De todo modo, pode-se comprovar uma das propostas elaboradas por Keynes, ou seja, de que políticas de transferência de renda são gastos públicos autônomos e carregam os demais componentes da demanda, implicando uma resposta positiva sustentada do PIB. Foi isso que o exame empírico mostrou, especialmente para o caso do PBF no período considerado.

Referências

ARESTIS, P.; SAWYER, M. On the effectiveness of monetary policy and of fiscal policy. *Review of Social Economy*, v. 62, p. 441-463, 2004.

ARESTIS, P.; SAWYER, M. Reinventing fiscal policy. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 26, p. 3-26, 2003.

BEVERIDGE, W. *Social Insurance and Allied Services*. London: His Majesty's Stationery Office, 1942.

BUENO, R. L. S. *Econometria de séries temporais*. São Paulo: Cengage Learnin, 2011.

CAMURI, P. A. *Dívida pública, política fiscal e vulnerabilidade externa no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CARVALHO, F. Equilíbrio fiscal e política econômica Keynesiana. *Revista Análise Econômica*, Porto Alegre, v. 26, n. 50, p. 7-25, set. 2008.

CARVALHO, F. Keynes and the reform of the capitalist social order. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 31, n. 2, p. 191-211, 2008.

CARVALHO, F. Perspectivas pós-keynesianas da política econômica. In: CARDIM DE CARVALHO, F. J. *Keynes e os pós-keynesiano: princípios de macroeconomia para uma economia monetária de produção*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2020, p. 244-256.

CARVALHO, F. Políticas econômicas para economias monetárias. In: LIMA, G.T.; SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. (orgs.) *Macroeconomia moderna: Keynes e a economia contemporânea*. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 258-81.

CATTAN, R. S. O. *Política fiscal e crescimento econômico: uma análise do período de metas de inflação para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

CAVALCANTI, M. A. F. H.; SILVA, N. L. C. Dívida pública, política fiscal e nível de atividade: uma abordagem VAR para o Brasil no Período 1995-2008. *Revista Economia Aplicada*, v. 14, n. 4, p. 391-418, 2010.

DE CASTRO, J. A.; RIBEIRO, J. A. C.; CHAVES, J. V.; DUARTE, B. C. *Gasto Social Federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010*. Brasília: IPEA, setembro 2012. Nota **Técnica**, n. 11.

DUTT, A. K. Government spending, aggregate demand, and economic growth. *Review of Keynesian Economics*, n. 1, p. 105-119, 2013.

FERRARI FILHO, F. A economia de Keynes e as proposições keynesianas de política econômica. In: FERRARI FILHO, F. *Teoria geral, setenta anos depois: ensaios sobre Keynes e teoria pós-keynesiana*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p. 15-43.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. As disfunções do capitalismo na visão de Keynes e suas proposições reformistas. *Revista de Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 271-95, maio-ago. 2011.

GOBETTI, S. W.; ORAIR, R. O. *Flexibilização fiscal: novas evidências e desafios*. Brasília: IPEA, 2015. Texto para discussão, n. 2132.

GROPPO, G. *Causalidade das variáveis macroeconômicas sobre o IBOVESPA*. Dissertação (Mestrado em Economia Agrícola) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2004.

IPEADATA. *Dados – macroeconômicos*. Brasília: Ipeadata. 2018. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 13 dez. 2018.

KEYNES, J. M. *Activities 1929-1931: rethinking employment and unemployment policies*. Londres: McMillan/The Royal Economic Society, 1981. (collection, v 20.).

KEYNES, J.M. *Activities 1940-1946: shaping the post-war world – employment and commodities*. London: McMillan/The Royal Economic Society, 1980. (Collection, v. 27.).

KEYNES, J. M. How to pay for the war: a radical plan for the chancellor of the exchequer. In: KEYNES, J. M. *Essays in persuasion*. London: McMillan/The Royal Economic Society, 1982. (Collection, v. 9.).

KEYNES, J. M. *Teoria geral do emprego do juro e da moeda*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LUTKEPOHL, H. *New introduction to multiple time series analysis*. New York: Springer, 2006.

MARCUZZO, M.C. *Keynes and the welfare state*. Roma: Università di Roma, 2005. Disponível em: <http://www2u.biglobe.ne.jp/~olympa/Cambridge/hyoushi/marcuzzo.doc>. Acesso em: maio 2020.

MENDONÇA, H. F. Dívida pública e estabilidade de preços no período pós-real. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 345-368, abr.-jun. 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Matriz de Informação Social*. 2018. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data/index.php#>. Acesso em: 13 dez. 2018.

ORAIR, R. O.; GOBETTI, S. W.; SIQUEIRA, F. F. Política fiscal e ciclo econômico: uma análise baseada em multiplicadores do gasto público. Prêmio Tesouro Nacional de Monografias. Secretaria do Tesouro Nacional: Brasília, 2016.

PERES, M. A.; ELLERY, R. Efeitos dinâmicos dos choques fiscais do governo central no PIB. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 39, n. 2, p. 159-206, 2009.

PRESSMAN, S. Deficits, full employment and the use of fiscal policy. *Review of Political Economy*, v. 7, n. 2, p. 212-226, 1995.

SALVADOR, E. Quem financia e qual o destino dos recursos da seguridade social no Brasil? *Observatório da Cidadania*, Rio de Janeiro, p. 81-90, 2007.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. *Gasto social do governo central 2002 a 2015*. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016.

TERRA, F. H. B. A política fiscal na perspectiva pós-keynesiana. In: FEIJÓ, C.; ARAÚJO, E. *Macroeconomia moderna: lições de Keynes para economias em desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 57-67, 2019.

TERRA, F. H. B.; FERRARI FILHO, F. Keynesian economic policies: reflections on the Brazilian economy – 1995-2009. *Cepal Review*, n. 108, p. 111-126, dec. 2012.

Autor correspondente:

Alexandre Ottoni Teatini Salles

E-mail: aotsalles@gmail.com

Recebido em: 01/03/2019.

Aceito em: 08/07/2020.



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da Creative Commons Attribution CC-BY 4.0, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.